

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NO PLANEJAMENTO URBANO E NA CONSTRUÇÃO DO DISTRITO DE PARELHEIROS

Thalita de Sousa Alencar (IC) e Ana Gabriela Godinho Lima (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Esta pesquisa procurou analisar a temática da importância da mulher no planejamento urbano, com enfoque no distrito de Parelheiros, em São Paulo, tendo por base a pesquisa bibliográfica, visando conceitos teóricos, e a pesquisa empírica, para avaliação da problemática considerando a realidade da região. Procurou-se apontar a relevância da questão de gênero na elaboração de políticas urbanas, considerando o fato de que a mulher usufrui da cidade de forma diferenciada e que a mesma é silenciada no que diz respeito às tomadas de decisões políticas no meio urbano, contribuindo para a manutenção da desigualdade em relação ao acesso à cidade de forma plena. Constituiu-se como base importante da construção da pesquisa as obras de Gonzaga (2011), Montaner (2011) e Muxi (2011) e foi constatado, por meio de visitas *in loco* e revisão bibliográfica, que a área possui muitos problemas de caráter urbano, incluindo problemas de segurança e desigualdade social. Dessa forma, o artigo considera o fato de que a percepção da mulher sobre a cidade se mostra como uma importante ferramenta capaz de beneficiar a todos.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Parelheiros. Mulher.

ABSTRACT

This research sought to analyze the theme of the importance of women in urban planning, focusing on the district of Parelheiros, in São Paulo, based on bibliographic research, aiming at theoretical concepts, and empirical research, to assess the problem considering the reality of the region. It was sought to point out the relevance of the gender issue in the elaboration of urban policies, considering the fact that women enjoy the city in a different way and that they are silenced with regard to political decision-making in the urban environment, contributing to the maintenance of inequality in relation to full access to the city. The works of Gonzaga (2011), Montaner (2011) and Muxi (2011) constituted an important basis for the construction of the research and it was found, through on-site visits and literature review, that the area has many urban problems, including problems of security and social inequality. Thus, the article considers the fact that women's perception of the city is an important tool capable of benefiting everyone.

Keywords: Urban planning. Parelheiros. Woman.

1. INTRODUÇÃO

A premissa deste estudo é refletir sobre as lacunas do planejamento urbano sob a perspectiva de gênero no distrito de Parelheiros, contribuindo para a construção de um desenho de cidade onde as mulheres possam obter uma maior participação nas tomadas de decisões políticas, abrindo um caminho para um processo mais justo do gerenciamento e planejamento da área em que o estudo foi realizado.

Segundo dados obtidos pelo Mapa da Desigualdade, de autoria da Rede Nossa São Paulo (2018), a região de Parelheiros possui um notável índice de agressão doméstica contra mulheres dentre as subprefeituras de São Paulo, assim como 48% dos seus residentes não conseguem emprego na região. Se trata de um local com baixos índices de empregabilidade e altos índices de violência contra a mulher, assim como diversos problemas de caráter social.

Por ser uma região que abriga uma população em sua maioria de baixa renda, a infraestrutura urbana oferecida não atende às necessidades dos moradores e, principalmente, das mulheres, que circulam a pé pelas ruas do distrito com maior frequência e por maiores distâncias, segundo estudo lançado no ano de 2020 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Tendo em vista que o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero é essencial para a construção de uma sociedade igualitária, onde homens e mulheres possam usufruir da cidade de forma plena, pode-se vislumbrar a importância da análise proposta, identificando as necessidades das mulheres que vivem em Parelheiros e contribuindo para a formação de um diálogo envolvendo a população e pesquisadores acerca do planejamento urbano da área.

“Pelo papel de estruturadora que a mulher exerce na sociedade, suas iniciativas sempre estão muito ligadas aos interesses coletivos. Portanto, ao expor organizadamente e de forma autônoma suas propostas do ponto de vista de gênero, sempre contribuirá para a transformação das relações sociais e ajudará nas soluções para o espaço construído.” (GONZAGA, 2011, p. 30)

Assim como Gonzaga (2011) explica em sua fala, o papel da mulher no planejamento urbano poderia beneficiar não só a parcela feminina que vive no local, mas toda a população residente, incluindo crianças e idosos, trazendo melhorias na qualidade de vida de todos que usufruem do espaço público existente na região.

Assim, a referida pesquisa teve como objetivo geral entender a importância da perspectiva de gênero no planejamento urbano e identificar quais as principais demandas das residentes do distrito de Parelheiros para um maior entendimento das necessidades da população feminina e construção de uma vivência justa para todos. O problema de pesquisa

foi norteado por duas questões principais: atualmente, qual a atual situação da infraestrutura urbana de Parelheiros e em que condições se encontram as mulheres que vivem nessa região? E como o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero pode contribuir para a melhoria na qualidade de vida dessa região em seu aspecto geral?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é constituído por autores que dedicaram-se a analisar e desenvolver trabalhos acerca da importância da mulher na construção de uma sociedade igualitária, levantando questões como moradia, mobilidade, segurança, uso de espaços públicos e a forma como tais fatores estão diretamente relacionados na composição de um planejamento urbano sob a perspectiva de gênero.

A contribuição de autores como Chimamanda Ngozi Adichie (2015), Flávia Biroli (2015), Giovanna Merli (2018), Jane Jacobs (1961), Josep Maria Montaner (2011), Luis Felipe Miguel (2015), Marlene Yurgel (2011), Terezinha de Gonzaga (2011) e Zaida Muxi (2011) tornam-se fundamentais ao tratar do objeto de pesquisa, pois trazem conceitos e problemáticas importantes na formação das cidades contemporâneas, local em que a mulher, apesar de constituir a maior parte da população brasileira (IBGE, 2010), ainda encontra limitações para usufruir com plenitude.

Esse cenário vivido no século XXI, deriva de um contexto histórico onde a mulher sempre se manteve à sombra dos debates políticos, mesmo com o surgimento de movimentos sociais que buscam o empoderamento e a fuga de hierarquias patriarcais. O modelo de democracia e cidade ocidental surgiram na Grécia Antiga, onde as mulheres eram destinadas à procriação e cuidados do lar, enquanto somente homens, maiores de 18 anos e livres, poderiam exercer o direito à cidadania e voto, segundo Guimarães (2012).

A invisibilidade feminina permaneceu moldando as relações públicas durante muito tempo. Mesmo com o surgimento da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, e o Estatuto da Cidade, em 2001, a desigualdade de gênero ainda se faz muito presente na sociedade contemporânea. Segundo a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Pequim, no ano de 1995, promovida pela Organização das Nações Unidas, a participação da mulher no processo decisório e o acesso ao poder são fundamentais para uma sociedade igualitária. Antes disso, o Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Artigo 5º da Constituição Federativa do Brasil de 1988 estabeleciam que todos são iguais perante a lei, sem distinções de sexo e devem usufruir dos mesmos direitos em igualdade. Embora os direitos básicos sejam de cumprimento obrigatório em todos os países e válidos para todos

os grupos sociais, mulheres ainda encontram dificuldades no que diz respeito ao acesso, visibilidade e permanência na cidade.

“[...] havia a ideia de que o voto era a via de acesso aos espaços de tomada de decisão, que se tornariam mais permeáveis à presença das mulheres e mais sensíveis às suas demandas. No entanto, as décadas seguintes ao sufrágio feminino mostraram que era perfeitamente possível a convivência entre o direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens.” (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 93)

A fala de autoria de Miguel e Biroli (2015) expressa a realidade que configura o espaço da representação política na sociedade contemporânea. Mesmo com seus direitos assegurados por lei e o gozo do poder de voto, a mulher ainda é deixada de lado no que diz respeito às decisões políticas e considerações acerca de suas percepções.

Como produto da desigualdade entre gêneros derivada do patriarcado que ainda impera nas dinâmicas sociais, a divisão sexual do trabalho surge como uma resposta à criação dos papéis de gênero, definindo o que é ou não apropriado para o homem e a mulher. Tal fator leva a mulher a viver jornadas duplas de trabalho, onde a mesma é responsável pela manutenção do lar e o cuidado da família, fazendo com que usufrua da cidade de maneira a cumprir com as obrigações impostas.

“A divisão sexual do trabalho, imposta pela ideologia patriarcal, traz consequências à relação da mulher com o espaço público das cidades. As possibilidades de deslocamento são, por exemplo, limitadas em função de um carrinho de bebê. Os trajetos, ou até mesmo a escolha da moradia, são pensados em função dos equipamentos dispostos nas proximidades, como creche, escola, mercado. Sua relação com os espaços públicos é muitas vezes feita a partir da rotina de seus filhos, acompanhando-os em praças, quadras, parques.” (MERLI, 2018, p. 26)

Assim como Merli (2018) explicita, a relação desenvolvida entre a mulher e o espaço público é estabelecida a partir do seu papel de gênero e a divisão sexual do trabalho, inferindo em seu modo de viver e na maneira em que a mesma experiencia a cidade.

Porém, mesmo com as hierarquias dominantes e um sistema patriarcal enraizado na sociedade, as mulheres sempre estiveram presentes no espaço público e foram determinantes em importantes mudanças na composição do mesmo. Segundo Montaner e Muxi (2011, p. 198): “[...] a presença das mulheres foi imprescindível para a promoção de importantes mudanças, nas quais não se reconhece sua participação.” Dessa forma, conclui-se que o grande problema não reside no fato de que as mesmas não estão interessadas na

participação da construção da cidade, mas que são silenciadas e apagadas da História, como se suas opiniões e feitos não fossem de grande importância.

“Se de nosso lugar eterno estamos sendo postas de lado, e lutamos pela ocupação igualitária no exercício de alguma profissão, a remuneração e o acesso aos postos de chefia é uma batalha, como chegamos a esta encruzilhada? A história vem sendo escrita pelos homens, e por aqueles que pediam licença ao rei, ao imperador ou ao senhor para fazê-lo. E para perpetuar as ideias sobre o comportamento de cada um na sua própria vida.”
(YURGEL, 2011, p. 13)

Marlene Yurgel (2011) aborda o assunto evidenciando o sistema patriarcal e o preconceito enraizado na sociedade como principal elemento que, durante muito tempo, impossibilitou a mulher de participar ativamente na tomada de decisões políticas e consequente construção da cidade, mesmo com a luta constante por direitos igualitários e posteriores conquistas importantes, como o direito ao voto e à educação. Sua fala é reforçada por Gonzaga (2011), quando a mesma afirma que a construção da história das mulheres fora ignorada, não havendo quaisquer documentações sobre a evolução das mulheres escritas pelas mesmas.

Gonzaga (2011) argumenta sobre o fato de que, se a mulher nunca possuiu espaço para debater suas experiências e opiniões da mesma forma que os homens sempre o possuíram, é compreensível que a história das mesmas nunca tenha sido relatada ou levada em consideração nas tomadas de decisão que se referem às políticas públicas. Assim, a invisibilidade feminina na História se dá pelo sistema patriarcal que exclui as mulheres de uma participação na sociedade como indivíduos que merecem o direito de serem ouvidos.

Para Montaner e Muxi (2011, p. 199), “tornar visível a diferença é o primeiro passo para a construção de uma ordem simbólica diferente em que mulheres possam se expressar a partir de sua experiência de vida”. Isto é, é importante aceitar que há uma diferença de gêneros, mas isto não deve significar uma desigualdade, apenas um fator para que a cidade seja moldada levando em conta aspectos cotidianos da vida das mulheres que os homens normalmente não vivenciam. Chimamanda Ngozi Adichie, ativista e escritora nigeriana, em uma palestra realizada na plataforma TED em 2012, afirma que “o gênero é importante. Homens e mulheres vivenciam o mundo de forma diferente. O gênero permeia a forma como vivenciamos o mundo.” Esta fala resume a ideia de que as experiências não devem ser resumidas em apenas uma vertente para ambos os gêneros, pois homens e mulheres possuem percepções e sentimentos distintos em relação ao espaço público.

“A segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante que se conheçam suas

experiências ao planejar espaços públicos. Usos, limites, transparência, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo com a experiência das mulheres.” (MONTANER; MUXI, 2011, p. 208)

A cidade contemporânea foi moldada segundo o pensamento masculino, com grandes investimentos em rodovias e vias por onde carros possam trafegar, pois são os homens os principais donos de automóveis. Os espaços públicos se localizam em áreas centrais, com difícil acesso, e uma programação geralmente muito restrita. A iluminação é voltada para as vias, promovendo um risco e sensação de insegurança para a mulher que caminha sozinha na calçada, que, por sua vez, quando a mesma se encontra em más condições, dificulta o andar do pedestre em geral, principalmente com carrinhos de bebês e compras, idosos, crianças e pessoas com deficiência.

Com uma contribuição indiscutivelmente importante para o planejamento urbano das cidades contemporâneas, Jane Jacobs, escritora e jornalista estadunidense que, em 1961, lançou o livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, revelando-se um verdadeiro manual de como tornar as cidades justas e igualitárias sob a perspectiva de gênero, mesmo que a autora não trate da questão de forma direta. Jacobs (1961) emerge como uma grande voz feminina em meio ao racionalismo-funcionalismo proposto pelo movimento Moderno, denunciando o modo que o mesmo contribui para reforçar papéis de gênero na sociedade contemporânea, moldado por um caráter androcêntrico, onde a participação feminina em seu planejamento é praticamente nula. Por outro lado, a mesma contribui na formação da ideia de um urbanismo que prevê o respeito às diversidades, argumentando sobre propostas de como tornar a cidade um mecanismo de participação direta dos indivíduos que estão ligados a ela. Ela propõe medidas profiláticas para melhoria do espaço urbano, se utilizando de usos mistos, melhoria de calçadas e uma maior socialização de mulheres na sociedade, fatores estes que contribuem para inserção das mesmas à cidade.

“A discriminação de gênero se expressa fortemente no urbanismo e na arquitetura: desde o espaço público, com seus parques e calçadas, assim como as condições dos sistemas de transporte, até os lugares de trabalho e a estrutura hierárquica que muitas vezes se mantém na moradia. Portanto, não há possibilidade alguma de justiça e igualdade se não se partir de uma perspectiva crítica de gênero.” (MONTANER; MUXI, 2011, p. 214)

Essa discriminação é explicada pela falta de participação da mulher na construção do espaço urbano. Para Terezinha Gonzaga (2011, p.26), “o acesso das mulheres à cidade nunca se deu da mesma maneira que os homens. Há menos de 80 anos, as mulheres passaram a poder andar sozinhas nas ruas das cidades. E mesmo assim, somente em espaços delimitados.” Gonzaga (2011), Montaner (2011) e Muxi (2011) se complementam à

medida que abordam um mesmo argumento: de que para a construção de cidades igualitárias e sociedades justas, a participação da mulher é indispensável.

No que diz respeito à mobilidade, Montaner e Muxi (2011) afirmam que a rota dos transportes públicos dificulta os deslocamentos das mulheres, não atendendo às suas demandas de forma eficiente, mesmo sendo o público feminino aquele que mais utiliza esta forma de tráfego pela cidade. Outra questão importante a ser levantada é a violência que a mulher está vulnerável a sofrer nesse meio de transporte, podendo ser física ou psicológica, e provém de uma cultura onde o corpo feminino é objetificado.

“A cidade, produto de cada sociedade e suas contradições, reproduz especialmente a situação de discriminação social vivida pelas mulheres, pois nela a divisão do espaço e do tempo expressa as mesmas divisões existentes na sociedade. E a maneira pela qual a cidade é estruturada afeta diretamente o tempo das mulheres: o importante fator da definição dos locais de moradia, dos equipamentos, do trabalho é o que determina seus trajetos, e se eles serão desgastantes ou gerarão contratos enriquecedores com a paisagem urbana.” (CALIÓ, 1992, p. 2 apud GONZAGA, 2011, p. 174)

O uso predominante de transporte público por parte da população feminina se faz por conta de, principalmente, uma segregação que a mesma sofre em relação ao espaço central da cidade, sendo obrigada a se deslocar grandes distâncias no percurso diário. Na década de 1990, o capitalismo começou a aquecer a especulação imobiliária, tornando a cidade intimamente ligada à geração de lucro. Com a alta dos preços de moradias nas áreas centrais e uma considerável desigualdade entre salários de homens e mulheres, a população feminina fora obrigada a se deslocar para áreas cada vez mais periféricas.

“A visão sexista com que a sociedade patriarcal trata as mulheres, ainda hoje, é um fator preponderante nas dificuldades de acesso das mulheres à cidade. Elas são o segmento social mais empobrecido do planeta, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998 da Organização das Nações Unidas (ONU), o que é agravado pelo componente estrutural de cunho ideológico que permeia o preconceito contra as mulheres, impedindo-as de usufruir e apropriar-se do espaço construído, público e privado, e até mesmo de seus próprios corpos.” (GONZAGA, 2011, p. 21)

Com isso, Gonzaga (2011) afirma que o preconceito e a desigualdade no oferecimento de oportunidades para homens e mulheres dificulta o acesso da mesma à cidade, fazendo com que a mulher não usufrua do espaço da mesma forma que poderia, caso fosse um indivíduo do gênero masculino. As mulheres são o segmento social que mais sofre com a geração de uma desigualdade de classes cada vez mais evidenciada na sociedade por meio

do sistema capitalista. Essa crescente desigualdade torna cada vez mais difícil o seu ingresso em universidades e cargos públicos.

“Apenas uma pequeníssima porcentagem dos habitantes da terra é proprietária do solo: todo o intenso restante são inquilinos precários ou pequenos proprietários que têm seus imóveis financiados. Além disso, há uma injustiça de gênero evidente: só 1% da propriedade do solo está nas mãos de mulheres. Assim o monopólio é duplo: poucos proprietários do solo e todos eles homens.” (WALTER, 2004 apud MONTANER; MUXI, 2011, p. 20)

Isso torna o espaço da cidade um lugar de hierarquias e o urbanismo, por meio do planejamento urbano, se revela como a principal vertente capaz de mudar o cenário discriminatório que as mulheres vivem, ouvindo-as e estimulando-as a participarem ativamente das decisões que envolvem a construção de uma cidade mais justa e igualitária.

3. METODOLOGIA

A primeira parte da pesquisa consistiu na leitura de obras relevantes na área do planejamento urbano sob a perspectiva de gênero, resultando em uma maior compreensão das questões que envolvem a construção de uma sociedade mais justa para todos, permitindo que se definisse a seguinte questão:

- De que forma o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero pode contribuir para a construção de uma vivência da cidade igualitária para todos?

Com o objetivo de analisar a atual situação do espaço urbano da área de estudo, foram realizadas visitas a áreas de Parelheiros para observação da infraestrutura oferecida, identificando elementos pertinentes ao objeto de estudo. A análise de tais elementos contribuiu para o entendimento da dinâmica social da região e as suas demandas.

Para complementar o estudo e facilitar a compreensão das dinâmicas e problemáticas que ocorrem no distrito, também foram feitas observações sobre o transporte público e os equipamentos de cultura, educação, saúde, esportes e proteção à mulher na região.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Em uma sociedade em que a mulher ainda encontra problemas referentes ao acesso à cidade, o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero surge como uma possibilidade de promover a igualdade por meio da inclusão, questionando o papel da mulher na produção de espaços públicos. Existe uma mútua relação entre a estrutura territorial e o patriarcado,

sendo este último responsável por promover a desigualdade de gêneros e impedir que a mulher participe das tomadas de decisões políticas, considerando a divisão sexual do trabalho e os preconceitos estabelecidos nas dinâmicas sociais.

Se faz necessária a participação da mulher na política e no planejamento urbano, pois a mesma usufrui da cidade de maneira diferenciada ao homem e a maneira como os espaços públicos estão dispostos influencia significativamente em sua qualidade de vida, uma vez que a cidade possui o poder de legitimar a desigualdade de gênero, refletindo nas relações sociais e no acesso às oportunidades dentro da cidade.

O distrito de Parelheiros, localizado no sul do município de São Paulo, possui uma área de 153,5 km² e aproximadamente 131.183 habitantes (IBGE, 2010), sendo que as mulheres representavam aproximadamente 50,3% da população total na região, segundo dados divulgados em 2017 pela Prefeitura de São Paulo.

Consiste em uma região com remanescentes do bioma Mata Atlântica e extensas áreas de proteção aos mananciais, possuindo uma grande importância devido à sua biodiversidade e grande quantidade de recursos naturais, como a existência das bacias Capivari, Guarapiranga e Billings, conforme dados da Prefeitura de São Paulo (2020).

No entanto, embora se trate de uma região demarcada pelas belezas e pela natureza singular, as mulheres são as maiores vítimas de violência e violação dos direitos no distrito de Parelheiros, segundo dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC (2015),

Embora mais da metade da população seja composta por mulheres, Parelheiros possui um alto índice de agressão doméstica contra as mesmas (RNSP, 2018) e uma grande porcentagem de população que vive em realidade de vulnerabilidade social, muitas delas sendo mulheres, incluindo crianças pequenas e adolescentes grávidas.

Problemas relacionados à infraestrutura urbana também se fazem presentes no território – de um total de 37.011 domicílios no distrito, cerca de 23.426 não são ligados à rede de esgoto, representando aproximadamente 63,3% da população, e 80 não possuem energia elétrica (IBGE, 2010).

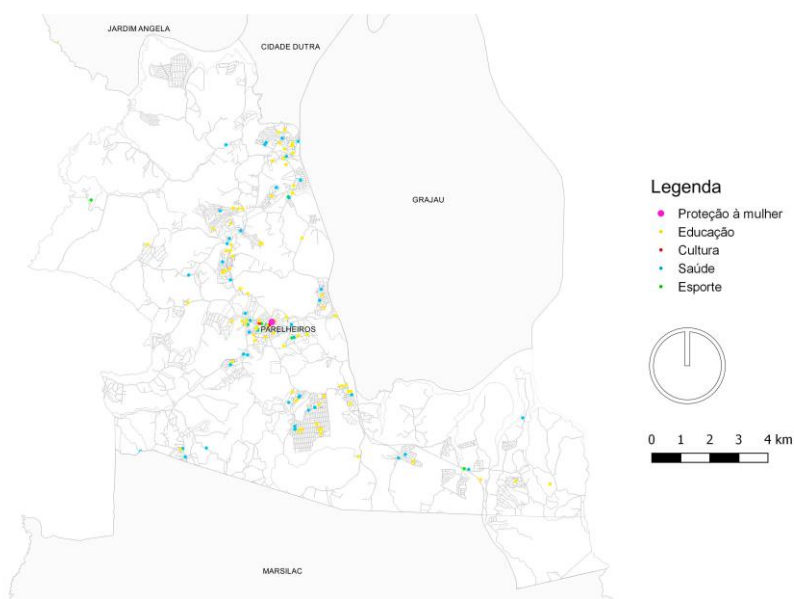
Em visitas realizadas para observações *in loco*, nos meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020, foram observadas calçadas e ruas em condições irregulares, sendo que há uma piora conforme o aumento das distâncias dos centros urbanos, apresentando, em sua maioria, buracos, desníveis e irregularidades, assim como a inexistência de rebaixamentos para travessia, ausência de piso tátil e descumprimento das dimensões mínimas de faixa livre. Tal realidade promove a dificuldade na locomoção e acesso não

somente para pessoas com deficiência, mas também para idosos, crianças e mulheres conduzindo carrinhos de bebê.

Por ser uma região que abriga APAs – Área de Proteção Ambiental Capivari-Mono e Bororé-Colônia (Lei nº 13.136, de 9 de junho 2001 e Lei nº 13.706, de 06 de janeiro de 2004), há uma grande quantidade de ruas sem pavimentação.

Os equipamentos de educação, cultura, saúde, esportes e proteção à mulher no distrito de Parelheiros foram mapeados, conforme as informações obtidas pelo Mapa Digital da Cidade de São Paulo – Geosampa (2020). Nota-se, por meio do mesmo, explicitado na figura 5, que existem poucos equipamentos culturais e esportivos na região, e tal quantidade se torna ainda mais evidente quando comparado com distritos como Pinheiros, que possui um índice de equipamentos públicos municipais muito superior, conforme dados do Mapa da Desigualdade (2018), mostrando uma tendência ao aumento de equipamentos conforme as distâncias das áreas centrais diminuem. Dentro do distrito de Parelheiros, fora analisada a ausência de espaços públicos de qualidade próximos aos bairros residenciais, como parques e centros de cultura e lazer.

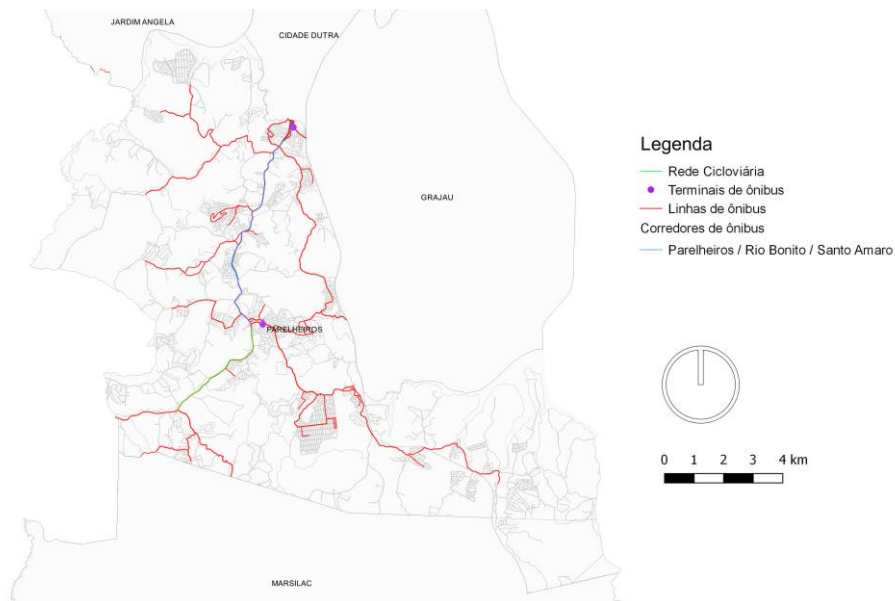
Figura 1. Mapeamento apontando a existência de equipamentos de educação, cultura, saúde, esportes e proteção à mulher em Parelheiros.



Fonte: GEOSAMPA (2020); ALENCAR (2020).

Para o mapeamento do sistema de transporte público, foram utilizados dados coletados do Mapa Digital da Cidade de São Paulo – Geosampa (2020), tal como mostra a figura 6. Por meio do mesmo, é possível observar a ausência de transporte por meio de trilhos (metrô e trem), ocasionando em viagens de ônibus percorrendo longas distâncias com um grande número de passageiros.

Figura 2. Mapeamento apontando a localização dos terminais de ônibus, linhas de ônibus, redes cicloviárias e o corredor de ônibus Parelheiros/Rio Bonito/Santo Amaro.



Fonte: GEOSAMPA (2020); ALENCAR (2020).

Segundo Nunes (2019), por ser uma região com baixo índice de empregos, uma das maiores dificuldades da população de Parelheiros reside no trajeto entre os locais de moradia e trabalho. Há um terminal de ônibus no distrito, mas apenas três linhas fazem a conexão com o centro da cidade, sendo elas 6000/10- Terminal Santo Amaro, 6091-10 – Terminal Santo Amaro e 695Y-10 – Metrô Vila Mariana, resultando em uma grande demanda pelas mesmas e superlotação, principalmente nos horários de pico. É importante também salientar a diferença existente entre os distritos de Parelheiros e Pinheiros, sendo que este último possui dentro de seus limites estações de metrô, CPTM e terminais de ônibus, evidenciando que há um maior número de modais disponíveis e maior oferta de transporte em regiões centrais, conforme o Mapa da Desigualdade (2018).

Por não possuir linhas de ônibus que passam pelo interior dos bairros residenciais, geralmente os seus residentes são forçados a andarem grandes distâncias a pé de suas casas até os pontos de ônibus, muitas vezes caminhando em vias sem asfalto ou em condições precárias, como afirma Nunes (2019).

A falta de espaços de lazer e cultura, assim como a inadequação do transporte público em relação à realidade das mulheres, que geralmente moram nas áreas mais periféricas da região, faz com que as mesmas sejam impedidas de usufruir da cidade de forma plena.

“[As mulheres] São assim, mais sensíveis à inadequação da infraestrutura urbana, impropriedade de moradias, falta de água, saneamento, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica. É, também, sobre as mulheres que recai mais fortemente a falta e a precariedade de equipamentos públicos

essenciais, como creches, postos de saúde, escolas, lavanderias e restaurantes populares, pavimentação e adequação de passeios, iluminação pública, e áreas públicas de lazer e estar.” (SANTORO, 2005 apud MERLI, 2018, p. 17)

Conforme Santoro (2005, apud MERLI, 2018, p. 17) afirma, a precariedade de equipamentos públicos e a inadequação de infraestrutura urbana gera um impacto ainda maior para a população feminina, sendo esta responsável pelas tarefas domésticas e cuidados da família, conforme a divisão sexual do trabalho, e, por conta disso, possui uma maior demanda no oferecimento de equipamentos públicos, transporte público e infraestrutura urbana de qualidade.

Para um planejamento urbano inclusivo, é necessário que haja uma preocupação com todas as questões que envolvem o acesso e a permanência das mulheres na cidade, com medidas que incentivem não somente o acesso ao espaço público, mas também a sua participação ativa nas tomadas de decisão que dizem respeito ao planejamento urbano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano sob a perspectiva de gênero se faz necessário em meio a uma sociedade contemporânea em que, mesmo após os direitos básicos das mulheres serem conquistados, as mulheres ainda sofrem preconceitos seculares e são comumente afastadas dos cargos responsáveis pela gestão e planejamento das cidades.

A partir deste, é possível traçar diretrizes e ações que permitam a inserção de políticas públicas que promovam o acesso à cidade de forma igualitária entre todos os seus residentes, considerando que a mulher usufrui do espaço público de maneira diferenciada e possui suas próprias percepções e demandas.

Por meio da pesquisa realizada, foi possível identificar aspectos que desfavorecem principalmente a mulher, residente do distrito de Parelheiros. Tendo como base de estudo as leituras apresentadas e as visitas realizadas, foram levantados dados acerca da infraestrutura urbana, transporte público, espaços e equipamentos públicos. Tais fatores interferem na qualidade de vida e da participação ativa das mulheres nas tomadas de decisão em relação ao planejamento urbano da região.

Observa-se, a partir dos dados coletados e analisados, que há necessidade de implantação de espaços públicos na área de estudo onde possam usufruir com segurança, melhorias do sistema viário e infraestrutura – com a manutenção de calçadas e inserção de postes de iluminação pública voltados para as calçadas –, aumento do número de espaços destinados à segurança da mulher, assim como políticas públicas que promovam a diminuição

da sensação de perigo que as mesmas vivenciam ao frequentar o espaço urbano. Medidas em relação à mobilidade urbana – sendo que esta está intimamente ligada com a desigualdade social e as longas distâncias que as mulheres percorrem de suas casas até os locais de trabalho – se fazem necessárias, com o aumento no número de veículos para que diminua a superlotação e o aumento de modais e linhas disponíveis para uso. A conscientização da população e medidas de combate à desigualdade de gêneros também são medidas necessárias, visando o fato de que o acesso da mulher à cidade e a garantia de seus direitos estão intimamente ligados com o combate ao machismo e o patriarcado.

Pode-se concluir, portanto, que se tratam de demandas que poderiam contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida de outras parcelas da população que comumente não são consultadas durante as tomadas de decisão, como as crianças e os idosos, com o intuito de que todos possam usufruir da cidade de forma plena. Dessa forma, é correto afirmar que o planejamento sob a perspectiva de gênero é um dos caminhos para o alcance de uma sociedade justa e igualitária para todos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Norma Brasileira 9050, 2015. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. São Paulo, SP, 2015. 162 p.
- BRAZIL FOUNDATION. **Sementeiras de Direitos: Formação de mulheres multiplicadoras para combater a violência doméstica em Parelheiros**. Brasil: Brazil Foundation, 2015. Disponível em: <<https://brazilfoundation.org/project/instituto-brasileiro-de-estudos-e-apoio-comunitario-ibeac/?lang=pt-br>>. Acesso em: 20 maio 2020.
- GONZAGA, T. O. **A cidade e a arquitetura também mulher: Planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- GUIMARÃES, L. D.; VIEIRA, A. L. B. **O Ideal de cidadania na sociedade da Atenas Clássica**. *Revista Mundo Antigo*, ano I, v. 1, n. 2, Dezembro 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. São Paulo: IBGE, 2011.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, (1961) 2000.

MERLI, G. A. **Lugar de mulher é na cidade: Desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 162. 2018.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTANER, J. M.; MUXI, Z. **Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos.** 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, (2011) 2014.

NUNES, L. **Nos últimos pontos de ônibus de São Paulo.** Agência Mural, São Paulo, 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.agenciamural.org.br/parelheiros-onibus-zona-sul-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim: 1995.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo, Subprefeitura de Parelheiros. **Parelheiros: uma cidade do interior dentro da metrópole.** 2019 Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/>>. Acesso em: 25 agosto 2020.

RNSP – REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade.** São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2018.

SÃO PAULO. **Mapa Digital da Cidade de São Paulo.** Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em 20 mar. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano. **Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô.** São Paulo, n. 44, março 2020.

Contatos: thalita_dsa@hotmail.com (aluno) e anagabriela.lima@mackenzie.br (orientador).